

**SOBRE A ENCRUZILHADA DO FAZER EM SAÚDE:
ESTRATÉGIAS PARA A DIVULGAÇÃO E
POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO
CIENTÍFICO SOBRE SAÚDE DA POPULAÇÃO
NEGRA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Sobre la encrucijada del quehacer en salud: estrategias para la divulgación y popularización del conocimiento científico sobre la salud de la población negra en tiempos de pandemia

Liliane de Jesus Bittencourt
Doutora em Saúde Coletiva
Universidade Federal da Bahia
Contato: bittencourtliliane@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7310-069X>

Giovanna De Carli Lopes
Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia
Contato: giovannal@ufba.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9480-3140>

Aniele Berenguer
Mestranda em Psicologia Social
Universidade de São Paulo
Contato: anieleberenguer1@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3419-5833>

Karine de Souza Oliveira Santana
Doutora em Medicina e saúde
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
Contato: kasousan@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6869-7471>

Resumo: Introdução: A evidência do racismo enquanto constructo que regula as relações individuais, institucionais, políticas e econômicas convoca toda a sociedade brasileira para o seu sistemático enfrentamento. A adoção de ações antirracistas de forma estratégica se apresenta como pauta urgente. Neste sentido, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS), desenvolveu, em 2019, uma pesquisa-ação cujo objetivo foi avaliar e contribuir para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) na atenção à saúde na Bahia. **Objetivo:** Visibilizar e descrever os materiais de educação em saúde produzidos a partir da segunda etapa da pesquisa-ação. **Metodologia:** A primeira etapa do estudo foi realizada a partir de entrevistas com usuárias(os), gestoras(es) e profissionais de saúde de nível médio e superior que trabalhavam na atenção primária dos municípios de Salvador, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. Porém, com a pandemia da Covid-19, a segunda etapa da pesquisa precisou ser totalmente replanejada, impondo desafios para a continuidade do estudo. Entretanto, a partir do compromisso com a constituição de uma sociedade inclusiva; com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS); com a garantia da saúde como direito e da equidade como parâmetro balizador de planejamento e cuidado, o NEGRAS, baseado nas diretrizes da PNSIPN, reformulou os processos, decidiu não interromper a pesquisa e desenvolveu, para a segunda fase do estudo, diversos materiais de divulgação e popularização científica de acesso aberto fundamentados nos resultados encontrados na fase anterior. **Resultados e discussões:** No total, foram produzidos quatro diferentes materiais escritos e audiovisuais: um e-book, uma cartilha, uma série de videoaulas com interpretação em LIBRAS e um podcast com diversos episódios, todos produzidos em linguagem acessível e disponíveis de maneira gratuita, visando colaborar com a implementação e difusão da Política. **Conclusão:** A disseminação e o alcance desses produtos, após aproximadamente quatro anos das suas publicações, demonstram, não apenas o potencial da divulgação científica como ferramenta de democratização do acesso aos avanços da saúde, mas também revelam a importância das mídias digitais como estratégia de popularização do conhecimento científico sobre saúde da população negra para o fortalecimento das políticas públicas e do controle social, mesmo em contextos de crise sanitária, política e econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da População Negra. Políticas Públicas. Racismo. Iniquidades em Saúde.

Abstract: Introducción: La evidencia del racismo como constructo que regula las relaciones individuales, institucionales, políticas y económicas interpela a toda la sociedad brasileña a enfrentarlo sistemáticamente. La adopción de acciones antirracistas de forma estratégica es una cuestión urgente. Con esto en mente, en 2019 el Centro de Estudios e Investigaciones sobre Género, Raza y Salud (NEGRAS) desarrolló un proyecto de investigación-acción con el objetivo de evaluar y contribuir a la implementación de la Política Nacional de Salud Integral para la Población Negra (PNSIPN) en la atención de salud en Bahía. **Objetivo:** Visualizar y describir los materiales de educación para la salud producidos a partir de la segunda etapa de la investigación-acción. **Metodología:** La primera etapa del estudio se basó en entrevistas con usuarios, gestores y profesionales de salud de nivel medio y superior que actúan en la atención primaria en los municipios de Salvador, Santo Antônio de Jesus y Cruz das Almas. Sin embargo, con la pandemia del Covid-19, la segunda etapa de la investigación tuvo que ser completamente rediseñada, imponiendo desafíos para la continuidad del estudio. Sin embargo, a partir de su compromiso con la construcción de una sociedad inclusiva; con el fortalecimiento del Sistema Único de Salud (SUS); con la garantía de la salud como derecho y de la equidad como parámetro orientador de la planificación y de la atención, NEGRAS, basándose en las directrices del PNSIPN, reformuló los procesos, decidió no interrumpir la investigación y desarrolló, para la

segunda fase del estudio, diversos materiales de divulgación y difusión científica de acceso abierto basados en los resultados encontrados en la fase anterior. **Resultados y discusiones:** En total, se produjeron cuatro materiales escritos y audiovisuales diferentes: un libro electrónico, un folleto, una serie de lecciones en vídeo con interpretación en LIBRAS y un podcast con varios episodios, todos producidos en lenguaje accesible y disponibles gratuitamente, con el objetivo de colaborar con la implementación y difusión de la Política. **Conclusión:** La difusión y el alcance de estos productos, aproximadamente cuatro años después de su publicación, demuestran no sólo el potencial de la divulgación científica como herramienta para democratizar el acceso a los avances en salud, sino también la importancia de los medios digitales como estrategia de divulgación del conocimiento científico sobre la salud de la población negra para fortalecer las políticas públicas y el control social, incluso en contextos de crisis sanitaria, política y económica.

Palabras clave: Salud de la Población Negra. Políticas Públicas. Racismo. Inequidades en salud.

Introdução

Visando corrigir desvantagens históricas no campo da saúde e em consonância com o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), em 13 de maio de 2009 foi instituída, no Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Essa Política tem como marca o “reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde.” Após mais de uma década, análises sobre a sua efetiva implementação em todo o território nacional permanecem como uma lacuna na literatura científica e nos debates públicos.

Além da marca supracitada, a PNSIPN define princípios, diretrizes, objetivos, estratégias e responsabilidades de cada esfera de gestão voltadas para a melhoria das condições de vida e de saúde da população negra. Trata-se, desse modo, de uma Política transversal com gestão e execução compartilhadas entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal, e que deve atuar de forma articulada às demais políticas do Ministério da Saúde (Brasil, 2017).

Para implementá-la de maneira efetiva, é necessário que gestores, profissionais de saúde, conselheiros e movimentos sociais do SUS compreendam a estrutura social que opera vulnerabilizando a população negra e reconheçam o racismo como um determinante social em saúde, para que, em conjunto, trabalhem em prol da melhoria das condições de saúde dessa população (Brasil, 2017), assim como também é necessário que as demais esferas assumam a parcela de responsabilidade que lhes compete para a garantia da efetivação da Política.

Contudo, um dos principais entraves, após mais de dez anos da publicação e implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, é a pouca informação sobre o seu processo de efetivação nos estados e municípios do país e a falta de indicadores estabelecidos oficialmente, que avaliem mais objetivamente a sua implementação, o que repercute diretamente na assistência direcionada à população negra brasileira. Pensando nisso, em 2019, os polos UFBA e UFRB do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS) iniciaram uma pesquisa-ação intitulada “Atenção à saúde na perspectiva da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”. O objetivo desta pesquisa consistiu em conhecer o contexto da implementação da PNSIPN na atenção à saúde do SUS sob a perspectiva de gestores(as), profissionais da saúde e usuários(as) e posteriormente contribuir para a sua efetivação em três municípios do estado da Bahia, Brasil.

Embora os resultados desta pesquisa já tenham sido publicados em outros dois artigos científicos (Silva *et al.*, 2022; Bittencourt; Santana; Santos, 2023), o presente manuscrito possui um objetivo distinto: pretende principalmente focar nos produtos que foram gerados a partir da segunda etapa deste estudo, com o intuito de fomentar a divulgação científica e fortalecer a terceira e a sexta diretrizes gerais da PNSIPN, que dizem respeito ao “Incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra” e ao “Desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos, fortaleçam uma identidade negra positiva e contribuam para a redução das vulnerabilidades”, respectivamente.

Dados sobre a COVID-19 no Brasil demonstram que as iniquidades raciais em saúde ganharam contornos específicos na pandemia, produzindo obstáculos adicionais para a efetivação da PNSIPN e conseqüentemente, para um cuidado em saúde equânime entre os grupos raciais (Bittencourt; Santana; Santos, 2023; Santos *et al.*, 2020). Nesse sentido, diante de um cenário de crescente desigualdade social e disparidade racial, sobretudo em meio à pandemia, consideramos imprescindível investir, inclusive intelectualmente, no fortalecimento da PNSIPN e do controle social, por isso a proposta de escrever esse texto acerca dos materiais produzidos na segunda etapa pesquisa-ação supracitada.

Objetivo

Portanto, o objetivo deste artigo é visibilizar e descrever os materiais de educação em saúde produzidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde, a partir da

pesquisa-ação sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, levando em conta a contextualização do processo de desenvolvimento do estudo.

Metodologia

Os caminhos metodológicos para o desenvolvimento desta pesquisa-ação partiram da escolha dos municípios, quais sejam: Salvador, capital baiana que possui uma população estimada de 2.417.678 pessoas, segundo IBGE (2022a), Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, que fazem parte do Recôncavo Baiano com populações estimadas de 103.055 e 60.348, respectivamente (IBGE, 2022b).

Salvador é o município mais populoso do Nordeste e o terceiro do Brasil. A maior parte da população se autodeclara parda (49,07%) e preta (34,14%), segundo dados divulgados do censo de 2022 do IBGE. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), Salvador apresentava, em 2010, um índice de desenvolvimento humano de 0,759, ficando abaixo de municípios da região sul do Brasil. De acordo com dados do IBGE (2016), o índice de mortalidade infantil em 2014 avançou para 16 óbitos a cada mil nascidos vivos, o que colocava o município numa posição bem desfavorecida em relação a outros municípios do estado e do Brasil. Além disso, a capital baiana apresenta 367 estabelecimentos de saúde, com 23,9% de cobertura da atenção básica.

O Recôncavo baiano é a região geográfica localizada em torno da Baía de Todos os Santos, abrangendo não só o litoral mas também toda a região do interior. É uma região brasileira de enorme influência africana. Para a localidade foram trazidos milhares de pessoas em situação de escravização, sobretudo para exploração de seus corpos para a produção de cana de açúcar, o que resulta basicamente em uma população majoritariamente formada por pretos e pardos, constituída por 865.787 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2017).

Santo Antônio de Jesus, considerada capital do Recôncavo Baiano, é uma das cidades mais populosas, com cerca de 75% da população formada por pretos e pardos (IBGE, 2016). Sendo considerada como centro comercial do Recôncavo, seu índice de desenvolvimento humano médio é 0,7, de acordo com o último censo do PNUD (2013). A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 15,29 para 1.000 nascidos vivos, possuindo cerca de 47 estabelecimentos de saúde com 80,8% de cobertura da atenção básica (IBGE, 2016).

Cruz das Almas possui uma área de 145 quilômetros, é a segunda maior cidade do Recôncavo Baiano e figura como uma das que possui números consideráveis de condições de vida e saúde. É uma cidade que faz fronteira com outros municípios do Recôncavo, tornando

as relações mais próximas entre eles. Integra o arranjo urbano-regional (AUR) de Salvador, metrópole na qual está centralizado e à qual Cruz das Almas está subordinada na hierarquia urbana brasileira como centro sub-regional. Seu índice de desenvolvimento humano médio é 0,699, estando abaixo de Salvador e de Santo Antônio de Jesus (PNUD, 2013). Apresenta 70% da população de pretos e pardos (IBGE, 2011). A sua taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 19,61 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos; com cerca de 24 estabelecimentos de saúde, apresenta 77,62% de cobertura da atenção básica (IBGE, 2016).

Para a realização do estudo, inicialmente foi estabelecido contato com as Secretarias Municipais de Saúde dos municípios através das coordenadorias de atenção primária à saúde. A seleção das pessoas participantes se deu por amostragem em duas etapas. Na primeira, foram selecionadas de forma aleatória duas unidades da atenção básica, por Distrito Sanitário, representativas de cada município. Nos distritos com Estratégia Saúde da Família (ESF), pelo menos uma dessas unidades compôs a amostra. Em seguida, foram selecionados, aleatoriamente, usuários(as) e profissionais de saúde para participarem da investigação.

Após a definição do público participante, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais e usuários(as) da atenção básica dos municípios. Para cada unidade, foram entrevistados um profissional da gestão, um profissional de nível superior e um profissional de nível médio. Para as entrevistas, considerou-se gestores aqueles profissionais que assumiam cargo de coordenação e/ou gerência da unidade. Visando garantir a representatividade, um número maior de usuários(as) foi entrevistado em relação ao número total de profissionais e gestores(as).

As entrevistas foram conduzidas por integrantes da equipe de pesquisa, pertencentes ao NEGRAS, em Salvador e no Recôncavo Baiano. O roteiro das entrevistas se baseou em perguntas disparadoras, previamente definidas, discutidas e treinadas pela equipe. As entrevistas foram transcritas na íntegra e devidamente analisadas utilizando-se análise de conteúdo, que segundo Bardin (*apud* Caregnato e Mutti, 2006), se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que através de procedimentos sistemáticos e objetivos, identifica indícios nos conteúdos das mensagens que permitem realizar inferências sobre estas.

Por se tratar de uma pesquisa-ação, a partir das análises temáticas das respostas das pessoas entrevistadas, emergiram as categorias que nortearam a etapa seguinte, no que diz respeito ao direcionamento das ações a serem realizadas e à difusão dos resultados desta pesquisa. Assim, inicialmente, a segunda etapa do projeto havia sido estruturada para ocorrer

mediante realização de oficinas presenciais nos territórios de formação sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sobre as demais categorias que emergiram.

Seriam realizadas oficinas separadamente por categoria profissional e para os usuários e usuárias do SUS. Para os profissionais, as oficinas tinham como propósito fazer uma aproximação com a política, metas e objetivos, bem como apresentar o cenário epidemiológico, além de desenvolver estratégias de atuação, de acordo com a realidade de cada município. Para as pessoas usuárias do serviço, a oficina tinha como característica principal a discussão sobre direitos e deveres, visando a sensibilização para um efetivo controle social. No entanto, a pandemia da COVID-19 exigiu um processo de reformulação da metodologia, uma vez que o distanciamento social se tornou premissa para conter o processo de transmissão do vírus. Assim, a equipe se reorganizou para elaborar outras produções que cumprissem com os objetivos propostos no projeto.

Resultados e discussões

Os resultados da primeira fase da presente pesquisa-ação referem-se ao cenário da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na Bahia. Nessa etapa, 58 (cinquenta e oito) pessoas foram entrevistadas. Compuseram a amostra de entrevistados, 30 (trinta) usuários, 9 (nove) gestores, 7 (sete) profissionais de nível universitário e 12 (doze) profissionais de nível médio. A maioria das pessoas entrevistadas tinha entre 41 e 60 anos (50%), eram mulheres (77,6%) e se definiram como negras (87,9%).

A avaliação dos resultados ocorreu mediante a análise das entrevistas, o que conduziu as interpretações, inferências e produções. Após a análise das transcrições foi possível sistematizar as informações e identificar que quatro categorias emergiram: Atenção Primária à Saúde, Saúde da População Negra, Atenção à Saúde na Diversidade e Política Nacional de Saúde da População Negra.

Ao serem entrevistados gestores dos três municípios pesquisados, percebeu-se que, apesar de terem papel preponderante na implementação de políticas públicas, favorecendo a sua execução direta através do planejamento em saúde e do acompanhamento da execução das ações de saúde, inclusive pelo direcionamento de recursos (sejam eles humanos ou materiais), esses gestores sequer se apropriaram das diretrizes da PNSIPN, portanto não possibilitando a sua execução.

Quando definimos que gestores, para essa investigação, seriam aqueles que possuíam cargo de coordenação e/ou direção de unidade, compreendemos seu papel relevante na

implementação da Política, fazendo-a ser reconhecida como importante ferramenta de minimização das iniquidades em saúde vivenciadas pela população negra brasileira e, no caso específico, baiana. O desconhecimento e consequente inação desses gestores revelam a negligência frente a uma Política que representa uma conquista para os movimentos sociais, mas que na prática não vem sendo de fato uma possibilidade de melhoria da atenção à saúde da população negra, reflexo do racismo estrutural fortemente alicerçando a atuação profissional.

Esse é um fato incontestável na medida em que profissionais na linha de frente da atenção à saúde desses mesmos municípios também referem desconhecer a PNSIPN e limitam as ações voltadas para a saúde da população negra a atividades no novembro negro, fazendo pensar que tais ações se tornaram um clichê politicamente correto, como as ações do outubro rosa, do novembro azul, agosto dourado etc., sem realmente refletir uma consciência frente às demandas de saúde desse grupo populacional.

Ao limitarem a saúde da população negra a alguns agravos, como a doença falciforme e hipertensão arterial, e ao não entenderem que reconhecer e respeitar a diversidade de ser e existir no mundo como fundante para enxergar o outro na sua humanidade, os coloca como sujeitos responsáveis pelo entrave no enfrentamento das demandas em saúde dessa população, limita também as possibilidades de ofertar respostas e, principalmente respostas assertivas. Sobra um hiato entre o que a população negra necessita e o que está sendo ofertado nas unidades de saúde.

Como fazer frente a toda essa negligência, a toda essa invisibilidade? Um dos caminhos seria o controle social, exercido pelos usuários e usuárias do Sistema Único de Saúde, que não por coincidência, mas sim por um contexto social de vulnerabilidades que se somam, são principalmente pessoas negras. Mas de que forma se dá a participação dessas pessoas nos espaços representativos na saúde? A discussão sobre a participação social em espaços como conselhos de saúde, por exemplo, e a mobilização social para participar de esferas decisórias se tornam questões preponderantes.

As respostas dos usuários entrevistados durante a pesquisa evidenciaram a fragilidade frente ao conhecimento sobre o que é atenção à saúde, acreditando que o acesso conseguido com muita dificuldade já é um ganho que qualifica o sistema, apesar de referirem também o preconceito na assistência, a falta de estrutura e de insumos como algo que acontece por serem pretos e pobres. Portanto, o médico que os atende e o medicamento que recebem na farmácia se transformam em uma benesse e não em um direito por serem cidadãos.

Quais os caminhos para transformar essa encruzilhada numa via de acesso a atenção de qualidade, para que o racismo estrutural não mais alimente o racismo institucional, para que a saúde enquanto direito seja uma realidade para o povo negro baiano e brasileiro? O NEGRAS acredita na importância da formação em saúde, cidadania e educação, que está para além dos espaços institucionais de ensino, pois também têm sido reprodutores de desigualdades, mantendo o conhecimento como ferramenta de poder.

Os resultados da pesquisa, analisados em um momento em que as iniquidades em saúde se apresentaram mais ampliadas e cruéis, durante uma pandemia que colocou o povo preto nos piores indicadores de saúde, desemprego, fome e morte, nos instigou a buscar mecanismos de devolver para as pessoas participantes – que mesmo sem saber, nos instrumentalizaram com o conhecimento do seu desconhecimento – e para a sociedade em geral, respostas para essas perguntas citadas acima.

A pandemia da COVID-19 se apresentou como um grande desafio mundial. Se proteger e proteger as demais pessoas exigiu uma série de cuidados, dentre eles o isolamento social. Este episódio de crise sanitária impactou todos os setores da vida humana e pôs a ciência em evidência. Mas como fazer ciência em um contexto tão adverso? Como realizar ou manter as estratégias metodológicas planejadas em meio a tantas incertezas, lutos, medos e ao mesmo tempo com necessidades de respostas científicas?

Essas foram perguntas que suscitaram a reflexão do grupo de pesquisa a reformular suas estratégias de ação. Desse modo, as oficinas presenciais nos territórios precisaram ser substituídas por outras produções que também dessem conta de devolver para a comunidade, a sociedade e principalmente para as pessoas participantes não apenas os resultados do estudo, mas também algo significativo e que estivesse alinhado com os objetivos da pesquisa e com a educação em saúde. Assim, a segunda fase desta pesquisa-ação contemplou a divulgação e popularização do conhecimento sobre saúde da população negra. Para isso construímos um e-book, uma cartilha digital, um podcast e uma série de videoaulas, todos produzidos em linguagem acessível e disponíveis de maneira gratuita, visando colaborar com a implementação e difusão da Política. Cada um desses quatro materiais será descrito a seguir.

O e-book “Atenção à saúde e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”, pensado para atender o público de gestores(as) e profissionais da saúde de nível médio e superior, foi publicado em julho de 2020 pelo NEGRAS, e traz em 27 páginas os principais resultados da pesquisa, utilizando-se de diversos recursos visuais, como imagens, tabelas e infográficos, para proporcionar uma leitura dinâmica e leve. O e-book traz a

caracterização dos municípios onde o estudo foi realizado, destacando suas principais características territoriais, perfil populacional e um breve cenário epidemiológico, que reflète a situação sanitária de cada um.

Já a cartilha “Atenção à saúde e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra” também traz os resultados da pesquisa, porém em uma linguagem mais acessível, uma vez que foi pensada para atingir a população em geral. Essa produção aborda, em 29 páginas, explicações de alguns conceitos bem como informa vias de acesso às instituições que são referência para a defesa e garantia dos direitos da população, como por exemplo, o Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado da Bahia e a Ouvidoria do Estado, como forma de viabilizar o exercício do controle social, a exigibilidade de direitos e o letramento em saúde. O acesso ao e-book e à cartilha é aberto e pode ser realizado através do Instagram do NEGRAS Salvador: @negrassalvador e do nosso *website*: negrassalvador.nut.ufba.br, onde também é possível conhecer as outras atividades que realizamos enquanto Grupo de Pesquisa ao longo desses anos de atuação.

O Podcast, intitulado de “NegrasCast”, está disponível gratuitamente na plataforma de *streaming* Spotify e possui 8 episódios que abordam as seis diretrizes da PNSIPN com informações relevantes e estratégias de como colocar em prática a diretriz que está sendo debatida. Cada episódio conta com a participação de uma pessoa especialista no tema. Embora atuantes na área da saúde, cada especialista possui formação distinta, desse modo, participaram antropólogos, agentes comunitárias de saúde, sociólogas, nutricionistas, enfermeiras, pesquisadoras e educadoras. Essa diversidade de atuações e campos profissionais propiciou uma amplitude de olhares e saberes na análise das diretrizes, dos seus avanços, desafios e estratégias de efetiva implementação.

As videoaulas foram intituladas de “Série NEGRAS” e retratam os temas que emergiram dos resultados da primeira fase da pesquisa. A Série NEGRAS consiste em um conjunto de oito episódios, um de apresentação e sete contendo videoaulas em formato de animação com interpretação em LIBRAS e linguagem simples, que estão disponíveis de forma gratuita no YouTube, no canal: NEGRAS SALVADOR - Grupo de Pesquisa. Em poucos minutos, os episódios da série abordam a equidade, a atenção à saúde, a saúde da população negra e a política em si, a qual deveria ser, em um cenário ideal, a bússola para reverter o quadro das iniquidades raciais em saúde, para a garantia e exigibilidade de direitos, entre outros. Desse modo, os episódios estão distribuídos da seguinte forma: 1) A saúde enquanto direito; 2) Igualdade x equidade; 3) Gênero e orientação sexual; 4) Por que a

população negra precisa de uma política de saúde específica?; 5) Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; 6) Atenção primária à saúde; e 7) Mecanismos de exigibilidade do direito à saúde. Em todos os episódios foi garantida a comunicação pela Língua Brasileira de Sinais, intencionando viabilizar o acesso ao material produzido ao maior número possível de pessoas e, sobretudo, gerar a inclusão.

Dentre todos os produtos de educação em saúde produzidos pelo grupo, nos parece que as videoaulas foram os materiais mais acessados, sendo usadas inclusive em aulas institucionais. Na ocasião da escrita deste artigo, o episódio 05, sobre a PNSIPN, desde que foi lançado, em novembro de 2020, já havia alcançado mais de 11.000 visualizações no YouTube, evidenciando não apenas a necessidade de promovermos a aproximação da comunidade científica com a sociedade e de trocarmos conhecimentos, vivências, experiências e criações, mas também a possibilidade de promovermos mudanças e impactos a partir de recursos simples.

Nos últimos anos a popularização da ciência ou do conhecimento científico têm se destacado como uma importante dimensão do fazer científico. Essa expressão se refere às ações e produções que visam estabelecer um diálogo entre as pessoas pesquisadoras e a população em geral, de modo a possibilitar o uso e a apropriação das informações científicas e tecnológicas pela sociedade (Bevilaqua *et al.*, 2021). Uma das formas de promover o diálogo, a interlocução e a apropriação do conhecimento científico pelos não cientistas é através da utilização de mídias digitais. Elas funcionam como uma ferramenta de difusão do conhecimento pois possibilitam a aproximação da pesquisa científica aos mais diversos públicos. O ambiente digital contribui para a ruptura de obstáculos, popularizando o conhecimento tecnológico e científico de maneira ágil (Navas *et al.*, 2020), sendo este o objetivo do grupo ao decidir pela produção desses materiais.

Além destas, existem outras formas de contribuir para o fortalecimento da PNSIPN e para o enfrentamento do racismo institucional, sendo que a força das nossas estratégias está na intenção real de fazer a diferença, que nos alimenta e impulsiona para oferecermos o que temos de melhor. Podemos sim ser instrumentos de propagação de ideias que fortaleçam e retirem do ostracismo uma Política tão nova e tão importante para a consecução de uma sociedade mais justa.

Conclusão

A população negra é majoritariamente consumidora do SUS e representa cerca de 80% das usuárias e usuários. Isso significa que o descumprimento dos princípios norteadores da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra atinge diretamente esta população.

O não reconhecimento da diversidade pelos gestores e profissionais tem como consequência a ausência de planejamentos e ações mais eficazes na resolução das necessidades de saúde da população. O desconhecimento pelos usuários da política voltada para a população negra, sugere uma ausência de ações de exigibilidade da sua efetiva implementação e fortalecimento, o que nos indica uma fragilidade do controle social.

Os produtos gerados por essa pesquisa-ação se configuram como contribuições para fomentar a divulgação científica, a popularização do conhecimento e as diretrizes gerais da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, visando a desconstrução de estigmas e preconceitos e o fortalecimento de uma identidade negra positiva, colaborando, dessa forma, para a redução das iniquidades em saúde vivenciadas pela população.

A disseminação e o alcance desses produtos, após aproximadamente quatro anos das suas publicações, demonstram, não apenas o potencial da divulgação científica como ferramenta de democratização do acesso aos avanços da saúde, mas também revelam a importância das mídias digitais como estratégia de popularização do conhecimento científico sobre saúde da população negra para o fortalecimento das políticas públicas e do controle social, mesmo em contextos de crise sanitária, política e econômica. Por fim, a elaboração desses materiais revelou ao NEGRAS a necessidade do desenvolvimento contínuo de ações e estratégias que subsidiem nossas possibilidades de existir e resistir de forma criativa, coletiva, articulada e com o objetivo de promover o bem-viver da população negra.

Referências

BEVILAQUA, D. V. et al. Uma análise das ações de divulgação e popularização da ciência na Fundação Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 1, p. 39–58, mar. 2021. DOI 10.1590/S0104-59702021000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/dw55VNymM5LzCd6kxrT95Wx/> Acessado em 15 de setembro de 2024.

BITTENCOURT, L. de J.; SANTANA, K. de S. O.; SANTOS, D. S. M. Saúde da população negra na atenção primária: incompreensão que legitima iniquidade em tempos de Covid-19. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 47, n. 137 abr-jun, p. 31–41, 2023. DOI 10.1590/0103-1104202313702. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NszVqdfZyFcskYdCr9F5qqQ/> Acessado em: 25 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS (3ª ed.)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 46p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-negra/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf/view. Acessado em 21 de agosto de 2024.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006. DOI10.1590/S0104-07072006000400017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 13 de agosto de 2024.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Característica da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html>. Acessado em 10 de agosto de 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, 146 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html#:~:text=S%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%3A%20em,Brasil%2C%20segundo%20as>. Acessado em: 05 de agosto de 2024.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Estimativa da População. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/?%20Codmun%20=31042&idtema=%20130>. Acesso em: 24/09/2017.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Característica da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acessado em: 25 de setembro de 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Estimativa da População. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama> .Acesso em: 18/05/2024.

NAVAS, A. L. G. P. et al. Divulgação científica como forma de compartilhar conhecimento. **CoDAS**, v. 32, n. 2, 2020. DOI10.1590/2317-1782/20192019044. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/JfNFfDWM4Qr3rkqmRWHCWLm/#> Acessado em 10 de outubro de 2024.

PNUD. Programa Nacional das Nações Unidas. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/salvador_ba. Acesso em: 24/09/17.

SANTOS, M. P. A. D. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 225–244, maio, 2020. DOI 10.1590/s0103-4014.2020.3499.014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJfY9LFH3WMQ Hv/?lang=pt>. Acessado em: 22 de setembro de 2024.

SILVA, S. O. DA. et al. “Na verdade eu nunca participei e nem ouvi falar sobre”: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na perspectiva de gestores e profissionais da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, p. e210969pt, 2022. DOI 10.1590/S0104-12902022210969en. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Ssj6hY44nMJXbNF_jcT39YJR/?lang=pt. Acessado em: 30 de agosto de 2024.